

Visões seminais do capitalismo contemporâneo: aproximações e distanciamentos

Seminal views of contemporary capitalism: similarities and differences

Renato de Brito Gomes*

Resumo: O artigo expõe algumas das visões seminais do funcionamento do capitalismo contemporâneo. A intenção é notar aproximações e distanciamentos entre as principais obras de autores no âmbito da economia política marxista: Ernest Mandel, István Mészáros, David Harvey e François Chesnais. Conclui-se que as similitudes e diferenças podem ser apontadas no que diz respeito ao uso das categorias da “escola da regulação”, em relação à noção de equilíbrio/desequilíbrio e estabilidade/instabilidade, na caracterização da crise do capitalismo contemporâneo e sobre o fato dele ter encontrado ou não barreiras intransponíveis ao desenvolvimento das forças produtivas e, por fim, ao poder das finanças. Considerando estas temáticas, procura-se expor a leitura de cada autor e enquadrá-las dentro de determinados parâmetros em que são buscadas convergências e divergências, bem como apontados os elementos que as embasam.

Palavras-chaves: Capitalismo Contemporâneo; Ernest Mandel; István Mészáros; David Harvey; François Chesnais.

Abstract: The article presents some seminal views on the functioning of contemporary capitalism. The aim is to highlight the similarities and differences among the major works of authors within the scope of Marxist political economy: Ernest Mandel, István Mészáros, David Harvey, and François Chesnais. It concludes that similarities and differences can be identified regarding the use of categories from the “regulation school,” in relation to the notions of equilibrium/imbalance and stability/instability, in characterizing the crisis of contemporary capitalism and whether it has encountered insurmountable barriers to the development of productive forces and, ultimately, to the power of finance. Considering these themes, the article seeks to present each author’s perspective and frame them within specific parameters where convergences and divergences are explored, as well as the elements supporting them.

Keywords: Contemporary capitalism; Ernest Mandel; István Mészáros; David Harvey; François Chesnais.

* Economista. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3978-8999>. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Introdução

Neste artigo expõe-se algumas das visões seminais do funcionamento do capitalismo contemporâneo. A intenção será notar aproximações e distanciamentos entre leituras de autores no âmbito da economia política marxista: Ernest Mandel, István Mészáros, David Harvey e François Chesnais.

Ressalta-se que não serão analisadas a integralidade das obras e sim as produções de maior fôlego e que, simultaneamente, inspiraram e ainda inspiram maior número de estudos e debates no Serviço Social. Em relação a E. Mandel debruça-se sobre *O Capitalismo Tardio* (1982) e *A crise do capital* (1990); no caso de I. Mészáros é incontornável a análise de *Para além do capital* (2011a); já em D. Harvey aborda-se de forma central *Condição pós-moderna* (1992); e, por fim, detêm-se em *A mundialização do capital* (1996) e outros textos de F. Chesnais que vão na direção de mostrar a ampliação do poder das finanças.

Afirma-se de antemão que a intenção não é congregar as quatro análises em uma tentativa de construção de uma síntese fechada que descreveria com perfeição o capitalismo contemporâneo. Tal tarefa parece ser em verdade impossível. Isto, contudo, não pode levar a pensar que tais análises, embora marcadas por alguns distanciamentos que serão apresentados, também não possuam importantes aproximações que podem levar a considerações mais ou menos seguras sobre a dinâmica atual do capital.

Desta forma, ao fim do artigo busca-se comparar as posições dos autores sobre problemáticas presentes nas discussões da economia política contemporânea. Uma diz respeito ao valor heurístico da noção de equilíbrio e de desequilíbrio, outra fala sobre quais são de fato as dimensões da crise contemporânea do capital e se, por outro lado, ele já haveria encontrado limites intransponíveis ao seu desenvolvimento. Por fim, aponta-se também como a percepção dos fenômenos ligados as finanças vão paulatinamente ganhando maior peso nas leituras.

A onda longa com tonalidade regressiva: a leitura de Mandel

Ernest Mandel realiza uma apurada apreensão da dinâmica capitalista do século XX. Demonstra-se como foi um pioneiro na percepção do fim dos “anos gloriosos” do pós-segunda guerra em que a economia passaria a um período longo de crise.

A chave heurística de sua análise é a noção de desequilíbrio, sendo que alertava que os esquemas de reprodução do Livro 2 d’*O capital* (2014) têm como função demonstrar que o capitalismo pode existir de forma sustentável por longo prazo. Deles não deriva uma noção de que a economia tem sua dinâmica a partir de sucessivos equilíbrios. O movimento do capital leva à existência de “desequilíbrios constantes” (Mandel, 1982, p. 17).

O desenvolvimento do capitalismo depende de algumas variáveis parcialmente independentes (Mandel, 1982, p. 25-7) e os superlucros são um elemento particularmente importante. No capitalismo tardio estão associados as inovações técnicas – que “permite[m] a redução do uso da força de trabalho relativamente ao capital e promove a elevação da produtividade do trabalho” (Silva; Araújo; Duarte, 2022, p. 60) – e podem ser auferidos de forma prolongada, daí a existência de duas taxas de lucro. As “rendas tecnológicas” são obtidas por inovações da terceira revolução industrial, em que ocorre uma “fusão da ciência, tecnologia e produção” (Mandel, 1982, p. 151).

Aspecto conhecido em Mandel é a incorporação crítica da teoria das ondas longas, conhecidas pelas formulações de N. Kondratiev (Araujo, 2001). O capitalismo passaria por movimentos cíclicos menores (entre 7 e 10 anos) e outros de aproximados 50 anos, estes mais importantes para a sua periodização. Houve a onda inicial que compreende a revolução industrial, o momento posterior marcado pela crise de 1847 até 1890 (primeira revolução tecnológica), o período que segue até a Segunda Guerra Mundial, influenciado pela segunda revolução tecnológica, seguido pelos anos após a segunda guerra até o fim da década de 1960, marcados pela terceira revolução tecnológica para, por fim, chegarmos a atual onda regressiva (Mandel, 1982, p. 83-4/92-3).

Sem a compreensão do capitalismo tardio perdem-se determinações que elucidam o período posterior. Inicialmente aponta-se a redução de custos associada ao planejamento como uma tônica, que ocorreu em termos empresariais, mas, também, através de medida macroeconômicas, em que havia tentativas de “controle” da demanda e da oferta com o Estado sendo ente central. Adicionalmente, tem-se uma centralização do capital onde “a empresa multinacional tornou-se a forma organizativa determinante” (Mandel, 1982, p. 223).

A supercapitalização é abordada para entender a penetração do capital na esfera da circulação, da reprodução e dos serviços, em que é associada à existência de capitais excedentes que não encontram investimentos rentáveis à taxa média de lucros (Mandel, 1982, p. 272). Isto é, o “capital industrial que não encontrava valorização na própria indústria foi o pré-requisito essencial para a expansão dos serviços” (Silva; Araújo; Duarte, 2022, p. 62).

A dinâmica dos ciclos e das crises são fornecidas por mecanismos causais parcialmente independentes. No entanto, em conjunto têm “sua expressão mais clara no movimento cíclico da taxa média de lucro”, reflexo das contradições de “todos os momentos do processo de produção e reprodução” (Mandel, 1982, p. 309). Não há monocausalidade, trata-se apenas de um indicador que pelos seus determinantes representa um momento de síntese

A onda do pós-guerra é reflexo de um aumento da taxa média de lucro. Contudo, não poderia ser explicada sem uma menção a relação de forças, tanto o fascismo como a guerra possibilitaram um incremento na taxa de exploração. Assim, o “que determina os pontos de viragem de expansão e estagnação é a condição geral da luta de classes” (Behring, 2015, p. 41).

Em relação à inflação tem-se que sua função no período foi gerar estabilidade pelo mecanismo da expansão de crédito, que visava intervir sobre o problema da realização do valor através da expansão dos meios de pagamentos. Existia uma autonomia relativa entre o “ciclo industrial” e o “ciclo do crédito”. Quando havia dificuldade na venda de mercadorias ocorria uma “relativamente autônoma” ampliação do crédito (Mandel, 1982, p. 309-32).

Enfim, a economia dava sinais de estagnação, isto era sintetizado pela queda da taxa média de lucro no fim dos anos 1960, expressando novas determinações do capitalismo (Mandel, 1982, p. 48-50). Ocorria “[...] a transição de uma ‘onda longa com tonalidade basicamente expansionista’ a uma ‘onda longa com tonalidade basicamente de estagnação’, por volta dos anos 1966/67” (Mandel, 1982, p. 126). Assim, “uma solução temporária para o problema da centralização internacional do capital só pode ser conseguida às expensas da classe operária” (Mandel, 1982, p. 240). O que o leva a concluir que “nos próximos anos um aumento (...) [da taxa de lucro] só pode ser assegurado pela elevação da taxa de mais-valia, ou seja, por uma exploração intensificada da classe operária” (Mandel, 1982, p. 240).

A transição de uma “onda longa com tonalidade expansionista” para uma “onda longa com tonalidade de estagnação” está hoje intensificando a luta de classes internacional. O principal objetivo da política econômica burguesa não é mais anular os antagonismos sociais, mas sim descarregar sobre os assalariados os custos do reforçamento de cada indústria capitalista nacional na luta concorrencial. O mito do pleno emprego permanente está se desvanecendo. (...) A luta pela taxa de mais-valia desloca-se para o centro dinâmico da economia e da sociedade (Mandel, 1982, p. 332).

A economia experimenta um período de estagnação e crises. As crises “não são nem o resultado do acaso nem o produto de elementos exógenos”, derivam da “lógica imanente do sistema – embora fatores exógenos ou acidentais desempenhem evidentemente um papel nas particularidades de cada ciclo” (Mandel, 1990, p. 7). Eventos singulares não podem ser os elementos explicativos, “para que o detonador cumpra seu papel de catalisador, é preciso que toda uma série de pré-condições componentes de uma situação de crise estejam presentes” (Araujo, 2014, p. 111).

A inflação aumentou nos anos 1970 e os principais países capitalistas aplicaram políticas de austeridade. Engendram aquilo que Mandel (1990, p. 13) denominou como “sincronização internacional do ciclo industrial” em um momento depressivo. Passavam a existir “dificuldades

crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa de mais-valia”, em que decorre uma redução da taxa média de lucro que “termina por determinar a inversão da ‘onda longa’” (Mandel, 1990, p. 27). Torna-se límpida a explicação da crise através do movimento do capital e sua lógica de valorização.

Havia um elemento gerador de desordem que contribuía para a estagnação: “os grandes movimentos internacionais especulativos de capitais flutuantes” (Mandel, 1990, p. 86). Atentou para tais fenômenos e suas consequências para o ciclo econômico, em que o movimento é gerado principalmente pela atuação das multinacionais no mercado financeiro. Alertava que “em períodos de crise, o poderio do capital financeiro, exercido frequentemente de maneira direta pelos bancos, cresce desmesuradamente” (Mandel, 1990, p. 187).

São levantados argumentos sobre se haveria alguma indicação de quando este ciclo de estagnação se esgotaria ou mesmo se o capitalismo poderia experimentar novamente um ciclo expansivo. A resposta parece ser negativa para ambas (Mandel, 1990, p. 77 e 73), contudo, não existe “um calendário de ascensão e crise do capital” (Behring, 2015, p. 41).

A crise estrutural do capital: a interpretação de Mészáros

Nesta seção expõe-se as contradições que levam István Mészáros a afirmar que a partir da década de 1970 o sociometabolismo do capital passa a esbarrar em limites estruturais, advindo daí sua caracterização de crise estrutural. Para Mészáros (2011a, p. 606) o elemento diferencial do sistema do capital foi “[...] a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital”. O autor afirma que o capitalismo consegue “separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último”, e assim ocorre que “as limitações das necessidades dadas não tolham seu desenvolvimento” (Mészáros, 2011a, p. 606). Além disso, há uma “disjunção entre produção para as necessidades sociais e a autorreprodução do capital” (Maranhão, 2010, p. 629).

A “taxa de utilização descrente no capitalismo” é ponto central, estaria já “diretamente implícita nos avanços realizados pela própria produtividade” (Mészáros, 2011a, p. 639) e tem expressão nas formas de consumo. A necessidade de reprodução faz com exista uma premência ao descarte prematuro “muito antes de esgotada sua vida útil” (Mészáros, 2011a, p. 640). Isto é, “o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou no grau) com que uma mercadoria (...) é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário” (Mészáros, 2011a, p. 661).

Manifesta-se na produção atrelada a uma “subutilização crônica” do maquinário que tem seu período de amortização diminuído. As inovações tecnológicas são um elemento

relevante e aponta um encurtamento no ciclo de substituição do capital fixo. Influencia no uso da força de trabalho socialmente disponível através do fenômeno do desemprego. Enfim, “[...] a taxa de utilização decrescente é uma das leis tendenciais mais importantes e abrangentes do desenvolvimento capitalista” (Mészáros, 2011a, p. 675).

A explicação do sociometabolismo do capital já foi realizada através da categoria de “persona do capital”, destacando seus “elementos objetivos e sistêmicos (...) [que] não mudam com o mudar de nome das personas e precisam estar presentes para a perpetuação do sistema do capital e a sustentação da lei do valor” (Polese, 2016, p. 48), os capitalistas seriam “personificações do capital” (Lambertucci; Ersina, 2022, p. 11). Levado às últimas consequências, tal argumento indica que “o sistema do capital é singular na história também no sentido em que é, na verdade, um sistema de controle sem sujeito. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos” (Mészáros, 2011a, p. 125).

Alerta sobre a incontrolabilidade do capital e embora chegue a mencionar o equilíbrio como uma contratendência do desequilíbrio (Mészáros, 2011a, p. 653), não há espaço para um capitalismo harmonioso (Mészáros, 2011a, p. 662). Tem-se um “metabolismo social anárquico e incontrolável” em que “o capital global não se subordina a qualquer noção de equilíbrio” (Arbia, 2015, p. 140).

A linha de menor resistência coloca “em movimento não apenas grandes potenciais produtivos, mas também, simultaneamente, forças maciças tanto diversificadas como destrutivas” (Mészáros, 2011a, p. 676). A adoção das “práticas capitalistas viáveis” leva a desperdícios e a destruição, em suma “transforma as potencialidades das forças produtivas em realidades destrutivas” (Rabelo; Segundo, 2004, p. 45). A produção passa a ser “genuinamente orientada para o consumo destrutivo” (Mészáros, 2011a, p. 678), em que impera uma “irracionalidade no intercâmbio homem/natureza” que converte “as potencialidades da emancipação genérica em relação ao ser natural em exploração predatória” (Arbia, 2015, p. 150). Os elementos destrutivos não abrem espaço para a superação das crises. A tendência destrutiva “se torna então modelo de normalidade para a vida cotidiana de todo o sistema” (Mészáros, 2011a, p. 693).

A existência de crises no capitalismo não é algo estranho, nesses momentos ocorre uma reorganização de forma a recompor o quadro da acumulação. Em contraste, a atual crise estrutural seria determinada por quatro pontos: i) sua amplitude é universal, não se restringe a esfera financeira, comercial ou produtiva; ii) estende-se a todo o globo; iii) sua duração no

tempo é prolongada, contínua e não cíclica; iv) não teria caráter cataclísmico ou colapsante, seria marcada por um “modo rastejante” (Mészáros, 2011a, p. 795-6).

Ocorre um “esgotamento do modo de intercâmbio e controle humano sobre as forças da natureza desenvolvido sob a égide do capital” (Maranhão, 2010, p. 629), este inconveniente “não é (...) tecnológico, mas social” (Rabelo; Segundo, 2004, p. 44). Em uma crise convencional o capital busca o manejo das contradições, encontra saídas que amenizam os impasses para a acumulação a curto prazo, portanto “o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa”. O raciocínio leva à conclusão que “uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos mas aos limites últimos de uma estrutura global” (Mészáros, 2011, p. 797).

Antes havia “limitações imediatas” que são restrições a alguma dimensão do capital, não a sua integralidade, portanto “não pode haver qualquer crise estrutural enquanto este mecanismo vital de autoexpansão (...) continuar funcionando” (Mészáros, 2011a, p. 798). No novo cenário, “as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, ao invés de serem (...) desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e (...) estruturais, trazendo com elas um perigoso bloqueio (...) de deslocamento das contradições.” Assim, “aquilo com o que nos confrontamos não é mais simplesmente ‘disfuncional’, mas potencialmente muito explosivo” (Mészáros, 2011a, p. 800).

Desdobra sua leitura para a política indicando que a ruína do Estado de bem-estar já seria um reconhecimento da crise, haveria uma “crise estrutural de todas as instituições políticas”. Afirma que “a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira crise de dominação em geral” (Mészáros, 2011a, p. 800). Ressalta ainda “o fato acautelador de que qualquer intervenção no campo político – mesmo quando visa a derrubada radical do Estado capitalista – terá influência muito limitada na realização do projeto socialista” (Mészáros, 2011a, p. 125). Existem leituras que afirmam que “a ‘autonomia’ do Estado frente as necessidades objetivas da reprodução sociometabólica do capital torna-se um sonho belo” (Lambertucci; Ersina, 2022, p. 17), não haveria espaço para uma atuação política não integralmente determinada pela imanência do capital.

Avaliando a crise de 2007/8 Mészáros afirmou que ela se tornaria “muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais (...), mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (Mészáros, 2011b, p. 17). Relacionando a sua leitura alertava que o ano de 2007 era “um prenúncio do que eu tinha em mente. Mas apenas um prenúncio, porque a crise estrutural do sistema do capital como um todo (...) está destinada a piorar consideravelmente” (Mészáros, 2011b, p. 17).

A acumulação flexível: o edifício teórico de Harvey

Nosso interesse central na obra de David Harvey consiste naquilo que denominou por período de acumulação flexível, através de categorias da escola da regulação utiliza as terminologias de “regime de acumulação” e “modo de regulamentação” (Harvey, 1992, p. 118). Estas influências o fazem focar em aspectos de relativa estabilidade. No entanto, a leitura ampla de sua obra torna perceptível que para o autor crises são fenômenos recorrentes e “inerentes desse modo de produção” (Silva, 2012, p. 193). Há “uma teoria da possibilidade da crise – e não uma teoria da necessidade da crise” (Andrade; Palludeto, 2013, p. 573) já que considera “relações que permitem estabilizar, harmonizar e dar coerência, ainda que temporária, à forma disruptiva da reprodução capitalista” (Couto, 2014, p. 199).

O “regime de acumulação flexível” está relacionado e em oposição ao “regime de acumulação fordista-keynesiano”. Os “anos de ouro” são caracterizados pelo fato de que “[...] o fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial” (Harvey, 1992, p. 125). Foi possível devido a reposicionamentos de atores da economia capitalista: o Estado, os trabalhadores organizados e o grande capital corporativo. O que distinguia o fordismo foi

[...] seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática (Harvey, 1992, p. 121).

Percebe sinais da crise no final dos anos 1960, em que ressalta que “a queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 marcou o problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação”. No período entre 1965 e 1973 começava a ficar explícita “a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes do capitalismo” (Harvey, 1992, p. 135). Reconhece a queda da produtividade e da taxa média de lucro, no entanto não seriam estes os detonadores da mudança.

O período da crise significava que “[...] na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez” (Harvey, 1992, p. 135). Isto ocorre em relação aos sistemas produtivos, aos mercados, nos gastos do Estado etc. O único elemento “flexível” era a política monetária, advindo daí sua explicação do fenômeno inflacionário que incrementava o processo de ruína do fordismo. A determinação central estaria relacionada “[...] a profunda recessão de 1973 (...) [que] pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista” (Harvey, 1992, p. 140). A crise de 1973 é o detonador que

encerra o fordismo e dá início a um novo “regime de acumulação”, ao qual denomina de acumulação flexível.

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 1992, p. 140).

O novo regime de acumulação “parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’” (Harvey, 1992, p. 141). Ocorre também o “crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (Harvey, 1992, p. 143), a tendência seria a de “reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais força de trabalho que entre facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (Harvey, 1992, p. 144).

A acumulação flexível impõe uma produção por demanda e restitui a possibilidade de “pequenas fábricas” e de formas de produção “pré-capitalistas”, agora na ponta do processo de valorização. A nova flexibilidade permite ao capitalismo acomodar-se a tempos de crise intensificando o volume de inovações e explorando novos nichos de mercado. Um dos mecanismos para amenizar os efeitos da crise foi a diminuição do tempo de giro do capital, associado aos novos métodos de produção que também leva a uma espécie de “intensificação do consumo”. Estes processos “parecem estar na base de um notável aumento proporcional do emprego no setor de serviços a partir do início dos anos 70” (Harvey, 1992, p. 148).

Ocorre uma reconfiguração do sistema financeiro global existindo uma sólida capacidade de coordenação advinda dos poderes da classe que opera tal processo. A flexibilidade começa a entrar no mundo das finanças na década de 1970 e ganha fôlego nos anos de 1980, passando a ser condição para a inserção dos países no fluxo internacional de capitais.

Os novos sistemas financeiros implementados a partir de 1972 mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal. A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo o fazia. Isso significa que a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes é muito maior do que antes (Harvey, 1992, p. 155).

Sobre a teorização da passagem entre os “regimes de acumulação”, Harvey (1992, p. 164) admite que a escola de regulação empreende “pouco ou nenhum esforço”, já o autor faz a dinâmica das crises depender de um processo de superacumulação (Harvey, 1992, p. 170-1). Em obra anterior constrói uma tentativa de explicação das crises investigadas através do que

denominou como “três recortes” (Harvey, 2013). O primeiro associado às contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção; o segundo envolve a relação entre os ciclos econômicos e a lógica do capital fictício; o último diz respeito à tentativa de integração entre geografia e o desenvolvimento desigual. Não se tratam de demarcações que ocorrem linearmente no tempo, o “capital enfrenta as crises de superacumulação, financeiras e geográficas conjugadamente”, uma melhor aproximação seria a de que existem “camadas” reveladas na estrutura do capitalismo” (Botelho, 2014, p. 100).

A dinâmica econômica seria marcada por cinco momentos: a estagnação, a recuperação, a expansão baseada no crédito, a febre especulativa e o crash (Harvey, 2013, p. 448-53). Existe um esforço de teorizar sobre os elementos que levam a concretização de uma crise. O que não há é a construção de como esses mecanismos mais gerais se aplicariam no caso singular da transição da acumulação fordista para a acumulação flexível.

Por fim, ainda que faça da taxa de lucro um dos elementos da explicação da dinâmica da acumulação, não incorpora a análise da queda da taxa de lucro no longo prazo. No caso dessa lei geral, Marx teria apresentado contratendências em uma “lista (...) tão longa que torna a explicação de ‘lei’ sólida de queda de lucros uma resposta mecânica à inovação para economizar trabalho, que permanece uma proposta insuficiente” (Harvey, 2011, p. 82). Da mesma forma não considera haver uma “contradição entre as forças produtivas e as relações sociais sob o capitalismo” (Couto, 2014, p. 202). Posições possivelmente relacionadas ao fato de que “[...] ao se perguntar se o capitalismo se recuperará desta crise, Harvey responde com um sonoro, ‘sim’” (Silva, 2012, p. 195), pois haveria um “impulso à acumulação [que] (...) tende a superar as suas próprias barreiras” (Couto, 2014, p. 208).

Da mundialização a hegemonia do capital portador de juros: a interpretação de Chesnais

Igualmente influenciado pela “escola da regulação”, François Chesnais aos poucos vai tendo no marxismo o instrumental central de seus esforços de análise (Chesnais, 2018, p. 30). Procura-se expor o processo que denomina como “mundialização do capital”, ao mesmo tempo traz-se sua interpretação mais recente onde o capital portador de juros ganha relevância.

Inicialmente “os traços característicos da mundialização estão, não tanto no nível do comércio internacional, quanto ao nível das empresas, portanto do capital” (Chesnais, 1996, p. 26). Embora o crescimento do comércio exterior tenha ocorrido, a mundialização seria “dominada mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior” (Chesnais, 1996, p. 26).

O crescimento do investimento externo na década de 1980 estava mais associado a fusões/aquisições do que a uma expansão produtiva. Haveria um componente central na movimentação destes investimentos: “caráter essencialmente ‘intratriádico’¹ (...), ao longo da década de 1980, se concentrou, em mais de 80%, dentro da área da OCDE” (Chesnais, 1996, p. 63). A empresa funcional ao processo são as multinacionais ou “empresas-rede” que passaram a ter sua atuação influenciadas pela lógica financeira, já que “o rendimento financeiro dos ativos é vigiado pelos detentores de carteiras de ações” (Chesnais, 1996, p. 77). Os fluxos do Investimento Externo Direto (IED) tem primazia em relação ao comércio externo no setor de serviços. Os últimos, contudo, crescem a partir de meados dos anos 1980 relacionados aos processos de flexibilização e desregulamentação, sendo a privatização de serviços públicos uma “nova fronteira” da acumulação (Chesnais, 1996, p. 186).

É dada atenção especial à relação entre a mundialização e as finanças, sendo que a “esfera financeira” simbolizaria “o posto avançado do movimento de mundialização do capital” (Chesnais, 1996, p. 239). O capital monetário consegue uma valorização de tal forma “autônoma” que não haveria precedente no capitalismo. Entretanto, apressa-se em anotar que “[...] a autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo” (Chesnais, 1996, p. 241).

São lembradas a criação de inúmeros mercados e “inovações financeiras”. Bancos e instituições financeiras ficam insatisfeitos com seu papel de intermediadores e trilham um caminho em que “vão necessariamente abrir a transformação da esfera financeira em campo de valorização específico para operações de novo tipo, suscetíveis de proporcionar mais-valia e lucros financeiros” (Chesnais, 1996, p. 247). Assim, “as instituições dominantes não são mais os bancos, e sim os mercados financeiros e as organizações financeiras que neles atuam” (Chesnais, 1996, p. 258) e “constata-se a promoção dos ‘mercados’ a instância controladora das políticas econômicas nacionais” (Chesnais, 1995, p. 21).

Os processos associados à mundialização têm efeito geral de “encadeamento depressivo profundo”. Aponta a década de 1990 como uma longa depressão, de tendências estagnacionistas, e que eventuais retomadas ainda se dariam em um quadro mais geral de baixa acumulação. Considerando a forma com que se deu a mundialização dos grupos industriais, das formas de comércio e do capital monetário eles “exercem, de modo estrutural, um efeito

¹ A tríade refere-se a Europa, Estados Unidos e Japão.

depressivo sobre a acumulação” (Chesnais, 1996, p. 304). Reconhecia-se um modo de funcionamento do capitalismo como uma “longa crise rastejante” (Chesnais, 1995, p. 2).

A mundialização caracteriza-se por determinações que envolvem o capital industrial, comercial e monetário, seria “uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior” (Chesnais, 1995, p. 6). No início do livro é encontrado uma leitura de Marx que tende a estruturar a valorização hegemônica pelo capital industrial que aos poucos vai reconhecendo o lugar central dos “mercados financeiros”. Embora as três formas fenomênicas sejam importantes para a precisão da mundialização, em grande medida apresenta-se “como mais uma etapa no processo de internacionalização do capital produtivo” (Nakatani, Marques, 2009, p. 3).

A incorporação de elementos da economia política marxista parece ter levado o economista a um novo lugar sobre o reconhecimento do papel das finanças, passando a falar de um “regime de acumulação com dominação financeira” (Chesnais, 1997). O central era perceber que “o movimento da acumulação e seu conteúdo econômico e social concreto seriam moldados pelas posições econômicas e sociais, concedidas a (...) aquela designada por Marx no livro III de O capital sob a expressão “capital portador de juros” (Chesnais, 2002, p. 4).

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica de capitalismo, no qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais. As formas de organização capitalista mais facilmente identificáveis permanecem sendo os grupos industriais transnacionais (...), os quais têm por encargo organizar a produção de bens e serviços, captar o valor e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos assalariados. Mas a seu lado, menos visíveis e menos atentamente analisadas, estão as instituições financeiras bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços particulares. Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimo, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, lucros nascidos da especulação bem-sucedida (Chesnais, 2005, p. 35).

Para chegar-se a tal situação foi preciso um decorrer histórico que contou com a ajuda de Estados (liberalização dos fluxos de capital) como um enorme processo de centralização de “fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias” (Chesnais, 2005, p. 35-6). Ocorreu uma “acumulação financeira” (relacionada aos lucros do período fordista) que acabou por levar ao atual estágio.

A soberania das finanças levou a uma intensificação da centralização do capital que é assessorada pelos grandes investidores financeiros e seus representantes. O capital consegue

conquistar uma “exterioridade da produção”, ou seja, “os grandes grupos industriais e comerciais são movidos pela lógica de curto prazo do capital financeiro, sendo regulados pela cotação das ações de suas empresas” (Nakatani, Marques, 2009, p. 8). Assim, “[...] os grupos são dirigidos por pessoas para as quais a tendência da Bolsa é mais importante que qualquer outra coisa” (Chesnais, 2005, p. 54). O êxito em termos de desenvolvimento econômico desta fase pode ser contestado tendo em vista as modestas taxas de crescimento das principais economias capitalistas. No entanto, no que tange a sua capacidade de intervir na distribuição do excedente entre as classes seu sucesso é notável.

Mesmo considerando certos elementos de estabilidade, enxerga nas crises financeiras uma das principais manifestações das contradições do capitalismo dominado pelas finanças. Escreve que “é inevitável que crises graves estourem sob a forma de ‘crises financeiras’ que se podem atribuir unicamente à especulação ou a uma ‘instabilidade sistêmica’ congênita” (Chesnais, 2005, p. 62-3). Sobre a crise financeira de 2007, afirma que “é mundial, é crescente e inclui uma dimensão de irreversibilidade” (Chesnais, 2018, p. 30). Seria necessário reconhecer que “o capitalismo atingiu limites, não mais relativos e temporários, mas absolutos e definitivos” (Chesnais, 2018, p. 31) e ainda que “não há saída para a crise global à vista” (Chesnais, 2018, p. 36).

Apontamentos finais

Um nível de recorte que se pode fazer em relação aos autores diz respeito às categorias da “escola da regulação”. Mandel e Mészáros podem ser caracterizados como pensadores que valem-se exclusivamente do método e categorias de análise legados por Marx e seus seguidores, partem do pressuposto que o materialismo histórico enquanto método de apreensão das contradições do movimento do real basta a si próprio. Em sentido diverso, tanto Harvey como Chesnais incorporam em suas leituras categorias como “regime de acumulação” de forma central, ainda que se avalie os elementos marxistas como preponderantes.

Uma diferença teórica que advém destas distintas influências e incorporações diz respeito à noção de equilíbrio. Mandel e Mészáros descrevem uma dinâmica marcada pelo desequilíbrio e incontrolabilidade, Harvey e Chesnais, ao caracterizarem um “regime de acumulação”, necessariamente estão dando um certo enfoque privilegiado a elementos estáveis do modo de funcionamento do capitalismo. No entanto, ambos os “regimes de acumulação” são marcados por crises intensas e mais ou menos permanentes.

Cabe ainda avaliar a relação que suas teorias constroem em relação à crise do capitalismo contemporâneo. Como procura-se demonstrar, em Mandel e Mészáros a crise

constitui-se como parte estruturante das reflexões, seja através da onda longa com tonalidade regressiva ou através da crise estrutural do capital. O central, de ambas, foi mostrar os entraves incontornáveis à acumulação de capital contemporânea.

Por outro lado, e novamente suspeita-se que por influência dos elementos da escola da regulação, embora Harvey e Chesnais apontem as dificuldades de crescimento do capitalismo atual, estes não caracterizam seu funcionamento como uma “crise permanente”, ao contrário, os “novos regimes de acumulação” seriam justamente a solução para a recomposição da acumulação e para o curso do prosseguimento do capitalismo, mesmo consideradas as crises e a instabilidade como momentos importantes. Nos parece que nos primeiros a crise apresentasse-se mais como necessidade da dinâmica contemporânea do capital, ao passo que nos últimos ela reside apenas como possibilidade, mesmo que prevista, teorizada e de ocorrência frequente.

Já foi apontado que talvez as expressões “capitalismo maduro” ou, ainda, “tardo capitalismo”, possam ser mais fiéis ao conteúdo do que pretende transmitir Mandel. Através destas terminologias ficaria mais evidente o conteúdo interpretativo que imprime no capitalismo contemporâneo, sendo central a leitura de que se trata de um estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que passam a existir barreiras intransponíveis ao prosseguimento normal da acumulação. É forçoso reconhecer a semelhança, mesmo consideradas as diversas tradições do marxismo ao qual os autores filiam-se, com a caracterização de crise estrutural de Mészáros.

Assim, além de ambos reconhecerem o capitalismo contemporâneo como uma longa crise, o fazem justamente porque são os mesmos autores que vislumbram que o modo de produção passava a confrontar-se com barreiras intransponíveis. Não seria mais possível o manejo das contradições de forma a no longo prazo garantir-se a ampliação do valor, os limites estruturais são caracterizados desta forma justamente por não permitirem mais tal mecanismo.

Talvez por ter defrontado-se por maior tempo com o capitalismo contemporâneo Mészáros, em certo sentido, vai além de Mandel. Isto porque embora Mandel já tenha apontado limites intransponíveis para o prosseguimento normal do desenvolvimento das forças produtivas e tenha visto uma crise prolongada, somente Mészáros sublinha a existência majoritária de forças destrutivas durante o novo período da crise estrutural do sociometabolismo do capital. Ou seja, além de existirem barreiras insuperáveis para a acumulação, na verdade, no capitalismo contemporâneo as “potencialidades das forças produtivas” evidenciam cada vez mais apenas a destrutividade social do capital.

Cabe ainda avaliar as posições de Harvey e Chesnais sobre a existência ou não de limites estruturais. Em Harvey não se encontra o reconhecimento de qualquer limite intransponível, ao

contrário, o autor reafirma a capacidade do capitalismo contemporâneo de continuar dando solução às suas crises e, em paralelo, reconhece existir uma espécie de “impulso à acumulação” que sempre é capaz de superar a longo prazo as barreiras anteriormente impostas pelo próprio capital.

Neste caso há uma sutileza importante em relação a Chesnais. Ainda em meados da década de 1990 o autor já falava de uma “longa crise rastejante” ao mesmo tempo em que reconhecia os efeitos depressivos dos processos de mundialização, embora a acumulação pudesse continuar. Se a leitura da hegemonia do capital portador de juros através da caracterização do “regime de acumulação financeirizado” o leva a impor uma certa estabilidade ao capitalismo contemporâneo, tem-se também o reconhecimento de que a crise atual possui “uma dimensão de irreversibilidade” e não haveria vislumbre sobre a saída de tal cenário. Portanto, considerando os autores aqui analisados, Harvey é o único que não reconhece que o capitalismo contemporâneo deparou-se com limites intransponíveis.

Outro fio que vale acompanhar nas reflexões é o debate da financeirização, presente em todas as obras, ainda que com pesos diferentes. Já Mandel alertava para os movimentos internacionais do capital especulativo e como em períodos de crise tenderia a crescer o poder do capital financeiro. Mészáros, por outro lado, reconhece na crise financeira iniciada em 2007 uma manifestação da crise estrutural que, mesmo iniciada por esta esfera, estaria destinada a invadir todos os espaços da existência humana.

Harvey afirma que no momento de transição em relação ao “regime de acumulação flexível” ocorre todo um processo de reconfiguração dos sistemas financeiros globais em que a própria flexibilização das finanças foi um elemento fundante, assim o novo regime “procura o capital financeiro como poder coordenador” (Harvey, 1992, p. 155). Por fim, Chesnais é certamente o que dá maior relevância a tal problematização, em sua leitura o processo da ampliação do valor passaria a ser determinado pela lógica de valorização do capital portador de juros.

Avalia-se que o crescimento no tempo de tal preocupação nas leituras está relacionado às próprias determinações que foram tornando-se mais latentes, visíveis e fundantes no capitalismo contemporâneo. Ou seja, como concretamente deu-se de forma cada vez mais intensa o processo de financeirização, passava a ser paulatinamente incorporado com maior fôlego nas análises seminais do período.

Por fim, ressalta-se uma outra vez que o objetivo do artigo não foi apresentar uma síntese de leituras tão complexas sobre um fenômeno ainda contemporâneo. Por outro lado, enfatiza-se que a exposição de visões seminais (suas aproximações e distanciamentos) no âmbito da

economia política marxista oferece pistas que não podem ser desconsideradas por aqueles que desejam realizar um estudo sério do capitalismo contemporâneo e suas problemáticas.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, R. P.; PALLUDETO, A.W.A. Harvey e o enigma da crise econômica. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 570-576, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/about/submissions>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- ARAÚJO, P. H. F. Mandel e as crises econômicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, n. 39, p. 106-122, out. 2014. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/71>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- ARAÚJO, P. H. F. Comentários sobre algumas teorias das ondas longas. *Rev. Univ. Rural, Seropédica*, Série Ciências Humanas, vol. 23, n. 2, p. 169-182, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330937527_COMENTARIOS SOBRE ALGUMAS TEORIAS DE ONDAS LONGAS. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- ARBIA, A. A. Elementos sintéticos para uma compreensão da crise estrutural do capital. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 139-154, dez. 2015. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/49>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- BEHRING, E. R. Ernest Mandel: imprescindível. *Em Pauta: Teoria Social E Realidade Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 37-64, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/18621>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- BOTELHO, M. L. Teoria da crise em David Harvey: observações sobre Os Limites do Capital. *Revista Continentes*, Seropédica, ano 3, v. 4, p. 66-111, jan. 2014. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/40>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. *A finança mundializada (org)*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, F. A crise econômica mundial sem fim, interpretação e consequências. *Revista Fitos*, Rio de Janeiro, Edição Especial, p. 29-46, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/29192/glauco_kruse_villas.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 5, p. 1-30, dez. 1995. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/430/01-CHESNAIS5.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- CHESNAIS, F. L'émergence d'un régime d'accumulation à dominante financière. *La Pensée*, Paris, Jan./Mar, 1997.
- CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643086>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- COUTO, L. R. Notas de uma interpretação sobre a crise e a acumulação em David Harvey. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 4, n. 2, p. 195-218. 2014. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2517>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.

- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- LAMBERTUCCI, F. F. M.; ERSINA, M. Crise estrutural do capital e neoliberalismo: trabalho e proletariado. *Serviço Social Em Debate*, Carangola, n. 5, v. 2, p. 4-19, 2022. Disponível em: <https://typeset.io/pdf/crise-estrutural-do-capital-e-neoliberalismo-11x5c0es.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MANDEL, E. *A crise do capital*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MARANHÃO, C. H. A crise estrutural do capital. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 629-631. nov. 2009/fev. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JPtvvN7nDjxHsLC67ZhS6sg/>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- MARX, K. *O capital [Livro 2]*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2011a.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2011b.
- POLESE, P. Que tipo de crise? István Mészáros e a crise estrutural do sistema do capital. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 40 – 60, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/25393>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- RABELO, J. J.; SEGUNDO, M. D. M. Análise da crise estrutural do capital à luz de István Mészáros. *Educação em Debate*, Fortaleza, v. 1, n. 47, p. 43-47. 2004. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15195/1/2004_art_jjrabelo.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- SILVA, G. S. A crise desvendada e o reavivar da crítica. *Em Pauta: Teoria Social E Realidade Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 193-196, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/3926>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- SILVA, M. G. da; ARAÚJO, D. da S.; DUARTE, F. W. Capitalismo, crise estrutural e flexibilização produtiva. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*, [S. l.], v. 11, n. 02, p. 58-85. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/30571>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 1-19, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3650>. Acesso em: 15 de maio de 2023.